

FLÁVIO MARTINS

CURSO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL

7ª edição
Revista e atualizada
2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva *jur*

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Daliia Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Laudemir Marinho dos Santos Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Edson Colobone
Revisão	Denise Pisaneschi
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

N972c Nunes Junior, Flávio Martins Alves
Curso de direito constitucional / Flávio Martins
Alves Nunes Junior. – 7. ed. – São Paulo: SaraivaJur,
2023.
1.596 p., il.
ISBN: 978-65-5362-600-3 (Impresso)
1. Direito Constitucional. 2. Constituição. 3. Nor-
mas Constitucionais. I. Título.

2022-3749

CDD 342
CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional	342
2. Direito constitucional	342

Data de fechamento da edição: 5-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 643511 CL 608000 CAE 819267

AGRADECIMENTOS	9
NOTA DO AUTOR.....	11
PREFÁCIO À 7ª EDIÇÃO.....	13
1 CONSTITUCIONALISMO	1
1.1. Conceito	2
1.2. Evolução Histórica	3
1.2.1. Pré-constitucionalismo: Pré-História (até 4000 a.C.)	4
1.2.2. Constitucionalismo antigo: Idade Antiga ou Antiguidade (de 4000 a.C. a 476 d.C.)..	4
1.2.2.1. Constitucionalismo hebreu.....	5
1.2.2.2. Constitucionalismo grego.....	6
1.2.2.3. Constitucionalismo romano	9
1.2.2.4. O constitucionalismo no Antigo Oriente.....	11
1.2.3. Constitucionalismo medieval (Idade Média – 276 a 1453 d.C.)	15
1.2.3.1. Magna Carta de 1215	17
1.2.3.2. Outros documentos constitucionais da Idade Média	20
1.2.4. Constitucionalismo na Idade Moderna (de 1453 a 1789)	20
1.2.4.1. A Constituição de San Marino.....	21
1.2.4.2. <i>Bill of Rights</i> e <i>Petition of Rights</i> e Declaração de Direitos do Bom Povo de Virginia.....	23
1.2.5. Constitucionalismo contemporâneo (neoconstitucionalismo)	31
1.2.5.1. O efeito “backlash” (<i>backlash effect</i>) como consequência do ativismo judicial.....	39
1.3. Outras modalidades de constitucionalismo.....	44
1.3.1. O novo constitucionalismo latino-americano	44
1.3.1.1. Os ciclos constitucionais na América do Sul.....	45
1.3.1.2. A Constituição brasileira de 1988 e o primeiro ciclo constitucional: o constitucionalismo multicultural.....	47
1.3.1.3. O segundo ciclo constitucional: as Constituições Pluralistas da Colômbia (1991) e da Venezuela (1999).....	49
1.3.1.4. O terceiro ciclo constitucional: o Estado Plurinacional nas Constituições da Bolívia e do Equador.....	50
1.3.2. Constitucionalismo social	52
1.3.2.1. Constituição do México de 1917	53

1.3.2.2.	Constituição de Weimar de 1919.....	54
1.3.2.3.	Os direitos sociais na Inglaterra, segundo Marshall.....	55
1.3.2.4.	O constitucionalismo social no Brasil.....	56
1.3.3.	Constitucionalismo transnacional e constitucionalismo multinível.....	57
1.3.4.	Constitucionalismo global.....	59
1.3.5.	Transconstitucionalismo e constitucionalismo provinciano.....	61
1.3.6.	Constitucionalismo termidoriano, <i>whig</i> ou gerondino.....	62
1.3.7.	Constitucionalismo teocrático.....	63
1.3.8.	Constitucionalismo do futuro ou do porvir.....	65
1.3.9.	Constitucionalismo popular.....	67
1.3.10.	Constitucionalismo democrático.....	72
1.3.10.1.	O solipsismo judicial.....	77
1.3.11.	Constitucionalismo autoritário.....	77
1.3.12.	Constitucionalismo abusivo.....	78
1.3.12.1.	Como conter o constitucionalismo abusivo?.....	80
1.3.12.2.	Os retrocessos democráticos como origem do constitucionalismo abusivo.....	82
1.3.13.	Patriotismo constitucional.....	86
1.3.13.1.	Patriotismo constitucional no Brasil.....	89
1.3.13.2.	Patriotismo constitucional pós-nacional.....	91
1.3.14.	Constitucionalismo transformador.....	93
1.3.15.	Constitucionalismo ecológico.....	94
1.3.16.	Constitucionalismo vivo (<i>Living Constitution</i>).....	97
1.3.17.	Constitucionalismo tardio.....	98
1.3.18.	Constitucionalismo funcional (ou protetor) e constitucionalismo aspiracional.....	100
1.3.18.1.	A morte do constitucionalismo aspiracional?.....	103
1.3.18.2.	Constitucionalismo moralmente reflexivo (de Canotilho).....	104
1.3.19.	Constitucionalismo feminista.....	104
1.3.20.	Constitucionalismo juspositivista-crítico ou constitucionalismo garantista, de Luigi Ferrajoli.....	105
1.3.21.	Panconstitucionalismo ou hiperconstitucionalismo.....	107
1.3.21.1.	As causas.....	108
1.3.21.1.1.	O panprincipiologismo.....	109
1.3.21.2.	Consequências.....	109
1.3.22.	Neojoaquimismo ou neoconstitucionalismo joaquimista.....	110
1.3.23.	Narcisismo constitucional.....	112
1.3.24.	Constitucionalismo digital.....	113
1.3.24.1.	Constitucionalismo digital e jurisdição constitucional.....	114
1.3.25.	Constitucionalismo <i>huehue</i> (ou constitucionalismo <i>griever</i>).....	115
1.3.26.	<i>Constitutional rot</i> (podridão constitucional).....	117
1.3.27.	<i>Constitutional hardball</i> (jogo duro constitucional).....	118
1.3.28.	Constitucionalismo aversivo (<i>aversive constitutionalism</i>).....	120
1.3.29.	Constitucionalismo fraternal.....	121
1.3.30.	Constitucionalismo idílico.....	122
2	DIREITO CONSTITUCIONAL.....	123
2.1.	Origem do Direito Constitucional.....	124
2.2.	Conceito de Direito Constitucional.....	125

2.3.	Natureza do Direito Constitucional.....	125
2.4.	Objeto do Direito Constitucional	126
2.5.	Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	126
2.6.	Relações com outros ramos do Direito	128
2.7.	Fontes do Direito Constitucional.....	133
2.8.	Características do Direito Constitucional.....	135
3	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.....	137
3.1.	Considerações acerca do vocábulo "Constituição".....	138
3.2.	Origem	138
3.3.	Conceito	139
3.4.	Concepções principais sobre Constituição	140
3.4.1.	Sentido sociológico (concepção sociológica) de Ferdinand Lassale.....	140
3.4.2.	Sentido político (concepção política) de Carl Schmitt.....	143
3.4.3.	Sentido jurídico (concepção jurídica) de Hans Kelsen.....	145
3.4.3.1.	A norma fundamental hipotética de Kelsen (<i>Grundnorm</i>).....	147
3.5.	Hierarquia das normas no Brasil.....	148
3.5.1.	Bloco de constitucionalidade.....	149
3.5.2.	Tratados internacionais sobre direitos humanos.....	152
3.5.2.1.	Os tratados internacionais sobre direitos humanos nos demais países da América do Sul.....	156
3.5.3.	Leis	159
3.5.4.	Atos infralegais.....	159
3.5.5.	Leis estaduais e municipais?.....	159
3.5.6.	Resumo esquemático.....	160
3.6.	Outras concepções de Constituição.....	160
3.6.1.	Concepção cultural ou culturalista	160
3.6.2.	Concepção jusnaturalista (Constituição jusnaturalista)	162
3.6.3.	Concepção marxista.....	163
3.6.4.	Concepção institucionalista	164
3.6.5.	Concepção estruturalista	164
3.6.6.	Concepção biomédica (Constituição biomédica).....	164
3.6.7.	Concepção compromissória (Constituição compromissória)	165
3.6.8.	Concepção suave ou dúctil (Constituição suave ou dúctil) de Gustav Zagrebelsky ..	165
3.6.9.	Concepção empresarial (Constituição empresarial).....	166
3.6.10.	Concepção oral (Constituição oral).....	166
3.6.11.	Concepção instrumental	166
3.6.12.	Constituição como estatuto do poder	167
3.6.13.	Constituição como garantia do <i>status quo</i> econômico e social.....	167
3.7.	Concepções modernas de Constituição.....	168
3.7.1.	Constituição dirigente, de Canotilho.....	168
3.7.2.	Constituição como documento regulador do sistema político (na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann)	170
3.7.3.	Constituição como processo político, de Peter Häberle.....	171
3.7.4.	Constituição na teoria discursiva do Direito de Jürgen Habermas.....	172
3.7.5.	Força normativa da Constituição e Constituição aberta de Konrad Hesse	173

3.8. Supremacia da Constituição.....	173
3.9. Objeto e conteúdo das Constituições.....	175
3.10. Elementos das Constituições.....	176
3.11. Estrutura da Constituição.....	178
3.11.1. Preâmbulo.....	178
3.11.2. Parte permanente.....	180
3.11.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	180
4 CONSTITUIÇÕES.....	182
4.1. Quanto ao conteúdo.....	183
4.2. Quanto à forma: escrita e não escrita.....	184
4.3. Quanto ao modo de elaboração.....	185
4.4. Quanto à origem.....	185
4.5. Quanto à extensão.....	187
4.6. Quanto à função.....	187
4.7. Quanto à essência (ou ontológica), de Karl Loewenstein.....	188
4.8. Quanto à sistematização.....	190
4.9. Quanto ao sistema: principiológica e preceitual.....	191
4.10. Quanto à origem de sua decretação.....	192
4.11. Quanto à ideologia.....	192
4.12. Quanto à atividade legislativa.....	193
4.13. Quanto ao período de duração.....	194
4.14. Classificação de Raul Machado Horta.....	194
4.15. Classificação de Marcelo Neves: constituição simbólica.....	195
4.16. Constituição-balanço ou constituição-registro.....	196
4.17. Constituição em branco (<i>Blanko-Verfassung</i>).....	197
4.18. Constituição fixa (ou silenciosa).....	197
4.19. Constituição chapa-branca.....	198
4.20. Constituição ubíqua.....	198
4.21. Quanto ao conteúdo ideológico.....	198
4.22. Constituição aberta.....	199
4.23. Quanto ao método interpretativo.....	200
4.24. Constituição suave ou dúctil.....	200
4.25. Constituição compromissória.....	201
4.26. Constituição biomédica.....	201
4.27. Constituição oral.....	202
4.28. Constituição colaborativa (Constituição.com ou <i>crowdsourced constitution</i>).....	202
4.29. Quanto à concentração do poder (segundo Néstor Sagüés).....	202
4.30. Quanto à eficácia.....	203
4.31. Constituição econômica, constituição fiscal e constituição social.....	203
4.32. Quanto à originalidade.....	204
4.33. Quanto ao conteúdo ideológico.....	205
4.34. Quanto à rigidez.....	206
4.34.1. As cláusulas pétreas.....	207
4.34.1.1. Forma Federativa de Estado (Federação).....	208
4.34.1.2. Voto direto, secreto, universal e periódico.....	209

4.34.1.3. Separação dos Poderes	210
4.34.1.4. Direitos e garantias individuais.....	211
4.34.2. Cláusulas pétreas e o dilema contramajoritário	213
4.35. Constituições subconstitucionais ou subconstituições	213
4.36. Constituição convencionalizada.....	214
4.37. Constituição espessa ("Thick Constitution") e constituição fina ou delgada ("Thin Constitution").....	214
4.38. Constituição Invisível ("Invisible Constitution").....	215
4.39. Constituição Pluridimensional ou Compósita	215
4.40. Constituição Austeritária.....	216
4.41. Constituição como árvore viva ("Constitution as Living Tree").....	216
5 HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	218
5.1. O período pré-constitucional	219
5.2. A gênese do constitucionalismo brasileiro.....	220
5.3. A Assembleia Constituinte do Império e a "Constituição da Mandioca"	225
5.4. A Constituição de 1824.....	227
5.4.1. Análise da Constituição de 1824	227
5.4.2. O Ato Adicional de 1834.....	231
5.4.3. Controle de constitucionalidade	232
5.4.4. Quadro sinótico	232
5.5. A Constituição de 1891.....	232
5.5.1. Análise da Constituição de 1891	234
5.5.2. Quadro sinótico	237
5.6. Constituição de 1934	237
5.6.1. Análise da Constituição de 1934.....	239
5.6.2. Quadro sinótico	242
5.7. Constituição de 1937.....	243
5.7.1. Análise da Constituição de 1937.....	244
5.7.2. Quadro sinótico	248
5.8. Constituição de 1946	249
5.8.1. Análise da Constituição de 1946.....	249
5.8.2. Quadro sinótico	253
5.9. Constituição de 1967	254
5.9.1. Análise da Constituição de 1967.....	256
5.9.2. A Emenda Constitucional n. 1, de 1969.....	260
5.9.3. Quadro sinótico	261
5.10. Constituição de 1988	261
5.10.1. Análise da Constituição de 1988.....	262
5.10.2. Quadro sinótico	266
6 NORMA CONSTITUCIONAL.....	268
6.1. A Constituição como um sistema aberto de normas.....	269
6.2. A norma constitucional	269
6.2.1. Regras e princípios	271
6.2.2. Conflito entre regras e princípios.....	274

6.2.3. A evolução da força normativa dos princípios	275
6.3. Classificação dos princípios e regras constitucionais (segundo José Joaquim Gomes Canotilho).....	276
6.4. Norma constitucional interposta	278
6.5. Norma de reprodução obrigatória, facultativa ou proibida.....	279
6.6. Normas constitucionais expressas e implícitas.....	280
6.7. Normas constitucionais mandatórias e diretivas	280
6.8. Normas constitucionais bastantes em si e não bastantes em si.....	280
7 APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	281
7.1. Vigência, validade e eficácia	282
7.2. Classificação de Ruy Barbosa	284
7.3. Classificação de José Afonso da Silva.....	285
7.4. Norma constitucional de eficácia absoluta	296
7.5. Norma constitucional de eficácia exaurida.....	297
7.6. Classificação de Maria Helena Diniz	297
7.7. Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto.....	297
7.8. Classificação de Manoel Gonçalves Ferreira Filho.....	298
7.9. Classificação de Luís Roberto Barroso	298
8 PODER CONSTITUINTE.....	300
8.1. Conceito e origem.....	301
8.2. Espécies de poder constituinte.....	305
8.2.1. Poder constituinte originário.....	305
8.2.2. Poder constituinte derivado ou instituído.....	308
8.2.2.1. Características do poder constituinte derivado decorrente.....	309
8.2.2.2. Características do poder constituinte derivado reformador	310
8.3. Revisão Constitucional e Emenda Constitucional	310
8.3.1. Limitações do poder constituinte reformador.....	316
8.4. Poder constituinte difuso (ou mutação constitucional).....	317
8.5. Poder constituinte supranacional (ou transnacional)	324
8.6. Poder constituinte material e formal.....	327
9 FENÔMENOS CONSTITUCIONAIS.....	328
9.1. Recepção	329
9.2. Repristinação.....	332
9.3. Desconstitucionalização.....	334
9.4. Recepção material de norma constitucional.....	334
9.5. Revogação	335
9.6. Temas relacionados à Lei Constitucional no tempo	336
9.6.1. <i>Vacatio constitutionis</i>	336
9.6.2. Eficácia retroativa das normas constitucionais	337
9.6.3. Derrotabilidade das normas constitucionais.....	340
10 INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL (HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL)	341
10.1. Conceitos	342
10.2. Hermenêutica constitucional.....	342
10.3. Duas indagações de hermenêutica.....	343

10.3.1. Apostasia constitucional.....	345
10.4. Classificação da interpretação.....	345
10.4.1. Quanto ao sujeito.....	345
10.4.2. Quanto aos efeitos.....	347
10.5. Correntes interpretativas norte-americanas.....	348
10.6. Métodos de interpretação constitucional.....	361
10.7. Princípios de interpretação constitucional.....	368
10.8. Interpretação conforme à Constituição.....	378
11. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	382
11.1. Art. 1º da Constituição de 1988.....	383
11.2. Separação dos Poderes.....	393
11.3. Objetivos da República.....	396
11.3.1. Direito antidiscriminação e o racismo estrutural.....	398
11.3.1.1. Discriminações individuais, institucionais e estruturais.....	399
11.3.1.2. Constituição Federal.....	400
11.3.1.3. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Discriminação.....	401
11.3.1.4. Lei do Racismo (Lei n. 7.716/89).....	402
11.3.1.5. A jurisprudência do STF.....	403
11.4. Princípios que regem as relações internacionais.....	404
11.4.1. A norma programática do parágrafo único.....	412
12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	414
12.1. Conceito.....	415
12.2. Antecedentes históricos.....	417
12.3. Controle de constitucionalidade no Brasil.....	417
12.4. Controle de convencionalidade.....	419
12.4.1. Controle de convencionalidade no Brasil e no direito comparado.....	420
12.5. Bloco de constitucionalidade.....	421
12.6. Inconstitucionalidade: nulidade ou anulabilidade?.....	424
12.7. Estado de coisas inconstitucional.....	426
12.8. Espécies de inconstitucionalidade.....	428
12.8.1. Inconstitucionalidade por omissão.....	429
12.8.2. Inconstitucionalidade por ação.....	433
12.9. Espécies de controle de constitucionalidade (quanto ao momento).....	438
12.9.1. Controle preventivo.....	438
12.9.2. Controle repressivo.....	445
12.10. Controle difuso de constitucionalidade.....	454
12.11. Controle concentrado da constitucionalidade.....	478
12.12. Ações Diretas de Inconstitucionalidade.....	478
12.12.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI Genérica).....	478
12.12.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	526
12.12.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	535
12.12.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.....	544
12.12.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	551

13 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	562
13.1. A nomenclatura.....	563
13.2. A topografia constitucional.....	563
13.3. Distinção: direitos fundamentais e direitos humanos.....	564
13.4. Distinção: direitos e garantias.....	565
13.4.1. Garantias institucionais (como espécies de garantias constitucionais).....	566
13.5. O que caracteriza a “fundamentalidade” do Direito?.....	568
13.6. Direitos fundamentais em sentido material e em sentido formal.....	571
13.7. Antecedentes históricos.....	573
13.8. Direitos fundamentais nas Constituições brasileiras.....	579
13.9. Direitos fundamentais como cláusulas pétreas.....	582
13.10. Classificação dos direitos fundamentais.....	588
13.10.1. Classificação dos direitos em dimensões ou gerações.....	588
13.10.2. Classificação dos direitos em <i>status</i> , de Georg Jellinek.....	592
13.10.2.1. Crítica contemporânea à classificação de Jellinek.....	594
13.10.3. Classificação segundo o conteúdo (ou modo de proteção).....	596
13.10.4. Classificação das cores dos direitos fundamentais (Costas Douzinas).....	597
13.10.5. Direitos fundamentais heterotópicos e direitos fundamentais putativos.....	597
13.11. Deveres fundamentais.....	598
13.12. Titulares dos direitos fundamentais.....	598
13.12.1. Brasileiros e estrangeiros.....	598
13.12.1.1. Estrangeiros e direitos sociais.....	600
13.12.1.2. O caso Mama Selo Djaló e o caso Felicia Albanese.....	601
13.12.2. Pessoa jurídica.....	602
13.12.3. Embrião humano.....	604
13.12.4. Titularidade <i>post mortem</i> dos direitos fundamentais.....	606
13.12.4.1. Direito dos mortos e cemitérios clandestinos.....	608
13.12.4.2. Direito à intimidade do morto: acesso a suas redes sociais após a morte....	609
13.12.5. O direito dos animais.....	610
13.12.5.1. Os antecedentes teóricos.....	610
13.12.5.2. Os antecedentes normativos.....	613
13.12.5.2.1. A “Lei Sansão” (Lei n. 14.064/2020).....	614
13.12.5.2.2. Transporte de animais vivos.....	615
13.12.5.2.3. Inconstitucionalidade do abate de animais (ADPF 640).....	617
13.12.5.3. O entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	618
13.12.5.4. Sacrifício de animais em cultos religiosos.....	621
13.12.5.5. A Emenda n. 96/2017 (“PEC da Vaquejada”) – O efeito <i>backlash</i> e o direito dos animais.....	621
13.12.5.6. A proibição do abate de animais apreendidos por maus-tratos (ADPF 640) ..	622
13.12.5.7. Proibição do uso de animais em testes de produtos cosméticos (ADI 5.995) ..	623
13.12.5.8. Por uma mudança de paradigma: os direitos de quinta dimensão (os direitos dos animais).....	623
13.12.5.9. A histórica decisão do STJ de 2018 e o Projeto de Lei aprovado no Senado	630
13.12.5.10. A histórica decisão do TJ/PR de 2021 reconhecendo que animais não humanos podem ser partes.....	630
13.12.5.11. Família multiespécie.....	631

13.12.5.12. Veganismo.....	633
13.12.5.13. O esverdeamento dos direitos humanos nas Cortes Internacionais (Teoria “Greening”).....	634
13.12.5.13.1. A proteção pela “via reflexa” ou “por ricochete”.....	635
13.12.6. A Natureza (o Planeta Terra) como titular de direitos fundamentais.....	635
13.13. Características dos Direitos Fundamentais.....	640
13.14. Limitações dos Direitos Fundamentais.....	649
13.14.1. Limitação dos direitos fundamentais e relações especiais de sujeição.....	655
13.15. A dimensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais.....	655
13.15.1. Eficácia irradiante dos direitos fundamentais e o “Caso Lüth”.....	657
13.16. Transjetividade dos Direitos Fundamentais (a obra de Luis Heleno Terrinha).....	659
13.17. Eficácia dos Direitos Fundamentais.....	660
13.17.1. Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos fundamentais.....	661
14 DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, CF).....	665
14.1. Os deveres fundamentais.....	666
14.1.1. Deveres e obrigações jurídicas.....	667
14.1.1.1. Classificação dos deveres constitucionais.....	668
14.1.1.2. O rol de deveres fundamentais.....	669
14.1.1.3. Ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	670
14.2. Direitos fundamentais.....	673
14.3. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i> , CF).....	674
14.4. Igualdade (art. 5º, <i>caput</i> , CF).....	691
14.5. Igualdade de gênero (art. 5º, I, CF).....	705
14.6. Princípio da legalidade (art. 5º, II, CF).....	707
14.6.1. Princípio da legalidade e princípio da reserva legal.....	708
14.6.2. Espécies de reserva legal.....	710
14.6.3. A criminalização da homofobia e o STF.....	710
14.7. Proibição da tortura (art. 5º, III, CF).....	711
14.8. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV, CF).....	717
14.8.1. Modelo norte-americano.....	720
14.8.1.1. Teoria do “mercado livre de ideias” (<i>free trade in ideas, marketplace of ideas</i>)... 14.8.1.1.1. Teste da Ação Ilegal Iminente (<i>Imminent Lawless Action Test</i>) ou Teste de <i>Brandenburg</i>	720 722
14.8.1.1.2. Doutrina das “Fighting Words”.....	722
14.8.1.1.3. Obscenidade – o “Teste Miller” (Miller-Test, “Teste das Três Pontas da Obscenidade”, <i>Three-Prong Obscenity Test</i>).....	723
14.8.1.1.4. Outras limitações legais.....	724
14.8.2. Modelo alemão e brasileiro.....	724
14.8.2.1. Informações falsas ou inverídicas (<i>fake news</i>)..... 14.8.2.1.1. O combate às “fake news” e os limites de atuação do Poder Judiciário: os tênues limites entre a atuação e o ativismo.....	726 728
14.8.2.2. Discurso de ódio (<i>hate speech</i>).....	732
14.8.2.3. Liberdade de manifestação do pensamento e a “Marcha da Maconha”.....	738
14.8.2.4. Liberdade de manifestação do pensamento e concurseiros tatuados.....	739
14.8.2.5. Inconstitucionalidade da Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei n. 9.612/98)...	740

14.8.2.6. Manifestações em instituições de ensino superior (ADPF 548).....	740
14.8.2.7. Vedação ao anonimato.....	741
14.9. Direito de resposta (art. 5º, V, CF).....	743
14.9.1. Direito de resposta.....	744
14.10. Liberdade de consciência e crença (art. 5º, VI, CF).....	746
14.11. Prestação de assistência religiosa (art. 5º, VII, CF).....	753
14.12. Escusa de consciência (art. 5º, VIII, CF).....	754
14.13. Liberdade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX).....	756
14.14. Intimidade e vida privada (art. 5º, X).....	765
14.15. Inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, CF).....	777
14.16. Inviolabilidade das comunicações (art. 5º, XII, CF).....	784
14.17. Liberdade de escolha de trabalho (art. 5º, XIII).....	789
14.18. Liberdade de informação e sigilo de fonte (art. 5º, XIV e XXXIII, CF).....	792
14.18.1. Restrições de acesso à informação.....	795
14.18.2. (In)constitucionalidade de bloqueio de pessoas, por autoridades, nas redes sociais...	796
14.18.3. Sigilo de fonte.....	798
14.18.3.1. Sigilo de fonte e <i>blogs</i> jornalísticos.....	798
14.18.3.2. Direito absoluto ou relativo?.....	799
14.19. Liberdade de locomoção (art. 5º, XV, CF).....	801
14.20. Direito de reunião (art. 5º, XVI, CF).....	803
14.21. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI, CF).....	806
14.22. Direito de propriedade (art. 5º, XXII a XXVI, CF).....	808
14.22.1. Função social da propriedade (art. 5º, XXIII, CF).....	809
14.22.2. Direito de herança (art. 5º, XXX e XXXI, CF).....	811
14.22.3. Desapropriação e requisição.....	813
14.23. Propriedade intelectual (art. 5º, XXVII a XXIX, CF).....	815
14.23.1. Propriedade autoral.....	816
14.23.2. Propriedade industrial.....	820
14.24. Defesa do consumidor (art. 5º, XXXII, CF).....	824
14.25. Direito de petição e direito de certidão (art. 5º, XXXIV, CF).....	824
14.25.1. Direito de petição.....	824
14.25.2. Direito de certidão.....	826
14.26. Inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, CF).....	827
14.26.1. Atenuações da inafastabilidade do controle jurisdicional: justiça desportiva, arbitragem e <i>habeas data</i>	829
14.27. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF).....	830
14.28. Princípios Constitucionais do Processo (art. 5º, XXXVII, XXXVIII, LIV a LX, CF).....	833
14.29. Princípios e regras penais (art. 5º, XXXIX a L, CF).....	863
14.30. Extradicação (art. 5º, LI e LII, CF).....	873
14.31. Regras sobre a prisão (art. 5º, LXI a LXVII, CF).....	873
14.31.1. Direito ao silêncio.....	875
14.31.2. Condução coercitiva.....	875
14.32. Remédios constitucionais (art. 5º, LXVIII a LXXIII, CF).....	877
14.32.1. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII, CF).....	877
14.32.2. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF).....	892
14.32.3. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF).....	894
14.32.4. Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF).....	897

14.32.5.	Mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF).....	902
14.32.6.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF).....	904
14.33.	Assistência judiciária gratuita (art. 5º, LXXIV, CF).....	906
14.34.	Gratuidade de direitos (art. 5º, LXXVI e LXXVII, CF).....	907
15	DIREITOS SOCIAIS.....	909
15.1.	O surgimento do constitucionalismo social.....	910
15.2.	Os direitos sociais no ordenamento jurídico brasileiro.....	913
15.2.1.	Renda básica familiar.....	915
15.3.	Uma questão de nomenclatura.....	916
15.3.1.	Metodologia “fuzzy” e os camaleões normativos.....	917
15.4.	A natureza jurídica dos direitos sociais.....	918
15.5.	Um limite à eficácia dos direitos sociais: a reserva do possível.....	920
15.5.1.	Natureza da reserva do possível.....	920
15.5.2.	A reserva do possível na doutrina e na jurisprudência.....	921
15.6.	Mínimo Existencial.....	923
15.6.1.	Mínimo existencial e mínimo vital.....	926
15.7.	Proibição do retrocesso.....	927
15.7.1.	A proibição do retrocesso na Constituição de 1988.....	931
15.7.2.	As modalidades de vedação ao retrocesso admitidas pelo STF.....	934
15.8.	Direitos sociais em espécie e sua respectiva eficácia.....	935
15.8.1.	Direito à saúde.....	936
15.8.2.	Direito à educação.....	937
15.8.3.	Direito ao trabalho.....	937
15.8.4.	Direito à moradia.....	937
15.8.5.	Direito ao transporte.....	937
15.8.6.	Direito ao lazer.....	938
15.8.7.	Direito à segurança.....	938
15.8.8.	Previdência social.....	939
15.8.9.	Proteção à maternidade.....	939
15.8.10.	Proteção à infância.....	939
15.8.11.	Proteção aos desamparados.....	939
15.8.12.	Alimentação.....	940
16	DIREITO DE NACIONALIDADE.....	941
16.1.	Apátridas.....	942
16.1.1.	Processo de reconhecimento da condição de apátrida.....	944
16.1.2.	Processo especial de naturalização de apátridas.....	946
16.2.	Definições correlatas.....	946
16.3.	Espécies de nacionalidade.....	948
16.4.	Brasileiros natos.....	949
16.5.	Naturalização.....	956
16.5.1.	Naturalização ordinária (art. 12, II, “a”, CF).....	958
16.5.2.	Naturalização extraordinária ou quinzenária (art. 12, II, “b”, CF).....	961
16.5.3.	Naturalização especial.....	961
16.5.4.	Naturalização provisória.....	963
16.6.	Quase nacionalidade.....	963

16.7. Diferenças entre brasileiro nato e naturalizado	966
16.8. Perda da nacionalidade	970
16.8.1. Dupla nacionalidade (art. 12, § 4º, CF)	973
16.9. Repatriação, deportação, expulsão e extradição (Lei n. 11.445/2017)	973
16.9.1. Repatriação	974
16.9.1.1. Repatriação sumária	976
16.9.2. Deportação	977
16.9.2.1. Deportação sumária	979
16.9.3. Expulsão	980
16.9.3.1. Vedações à expulsão	981
16.9.3.2. Requerimento de suspensão ou revogação da expulsão	982
16.9.4. Extradicação	983
16.9.4.1. Extradicação ativa	984
16.9.4.2. Extradicação passiva	985
16.9.4.3. Requisitos legais da extradicação passiva	987
16.9.4.4. Compromissos obrigatórios do Estado requerente	991
16.9.4.5. Prisão e medidas cautelares ao extraditando	992
16.9.5. Quadro comparativo	993
17 DIREITOS POLÍTICOS	994
17.1. Democracia brasileira	995
17.2. Direitos políticos	998
17.3. Plebiscito e referendo	1001
17.4. Iniciativa popular	1014
17.5. Direito de sufrágio	1019
17.6. Ação de impugnação do mandato eletivo – AIME (art. 14, §§ 10 e 11, CF)	1036
17.7. Perda e suspensão dos direitos políticos (art. 15, CF)	1039
17.8. Princípio da anterioridade eleitoral (art. 16, CF)	1043
17.9. Partidos políticos (art. 17, CF)	1045
17.9.1. Inexistência de verticalização das coligações (art. 17, § 1º, CF)	1055
17.9.2. Surgimento dos partidos políticos (art. 17, § 2º, CF)	1057
17.9.2.1. Incorporação de partidos e sanções anteriores e alteração nos estatutos dos partidos políticos (EC n. 111/2021)	1058
17.9.3. Direito de antena, fundo partidário, cláusula de barreira e direito das minorias	1058
18 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (A FEDERAÇÃO)	1065
18.1. Sistema de governo	1066
18.1.1. Parlamentarismo	1066
18.1.2. Presidencialismo	1069
18.1.3. Diferenças entre o parlamentarismo e o presidencialismo	1071
18.1.3.1. A insuficiência do modelo dualista	1072
18.1.4. Sistema diretorial	1072
18.1.5. Sistema semipresidencialista	1073
18.1.6. O presidencialismo é cláusula pétrea?	1074
18.2. Formas de governo	1075
18.2.1. República	1075
18.2.2. Monarquia	1076

18.2.3. República é cláusula pétrea?.....	1077
18.3. Formas de Estado.....	1077
18.3.1. Estado Unitário ou Simples.....	1078
18.3.2. Estado Regional.....	1080
18.3.3. Estado Autônômico.....	1080
18.3.4. Estado Federal (Federação).....	1081
18.3.4.1. Origem da Federação.....	1082
18.3.4.2. Características da Federação.....	1085
18.3.4.3. Quadro sinótico de distinção.....	1087
18.3.4.4. Federalismo no Brasil.....	1087
18.3.4.5. Espécies de Federalismo.....	1089
18.4. Língua oficial e símbolos da República.....	1096
18.4.1. A língua portuguesa.....	1096
18.4.2. Símbolos da República (art. 13, § 1º, CF).....	1097
18.4.2.1. A bandeira nacional.....	1097
18.4.2.2. Hino Nacional.....	1098
18.4.2.3. Armas nacionais.....	1099
18.4.2.4. Selo nacional.....	1099
18.4.2.5. Contravenção penal ou liberdade de expressão?.....	1099
18.4.2.6. Símbolos estaduais.....	1100
18.5. Vedação entre os entes federativos.....	1100
18.6. Os entes federativos brasileiros.....	1101
18.6.1. Brasília.....	1102
18.6.2. Territórios Federais.....	1103
18.7. Criação de novos Estados.....	1106
18.8. Criação de novos Municípios.....	1109
18.9. União.....	1111
18.9.1. Bens da União.....	1112
18.9.2. Competências da União.....	1118
18.10. Estados-Membros.....	1133
18.10.1. Bens dos Estados.....	1133
18.10.2. Competência dos Estados.....	1134
18.10.3. Regiões administrativas ou em desenvolvimento (art. 43, CF).....	1137
18.10.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (art. 25, § 3º, CF).....	1137
18.11. Municípios.....	1139
18.11.1. Competência dos Municípios.....	1140
18.12. Distrito Federal.....	1146
18.12.1. Competências do Distrito Federal.....	1147
18.13. Modelos de repartição de competências.....	1149
18.14. Competência legislativa e administrativa durante a pandemia de Covid-19.....	1150
18.15. Intervenção.....	1152
18.15.1. Intervenção federal.....	1152
18.15.2. Intervenção estadual.....	1158
19 SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	1162
19.1. Nomenclatura.....	1163
19.1.1. Separação dos Poderes como cláusula pétrea.....	1163

19.2. Antecedentes históricos.....	1164
19.3. Finalidade	1167
19.4. Bipartição, tripartição, quadripartição e pentapartição	1168
19.5. Separação dos Poderes no Brasil.....	1171
19.6. Princípios que regem a Separação dos Poderes.....	1174
19.6.1. Independência e harmonia.....	1174
19.6.1.1. Interferência do Judiciário em matéria <i>interna corporis</i> de outro Poder.....	1175
19.6.1.2. O controle preventivo da constitucionalidade pelo Judiciário.....	1177
19.6.1.3. Criação do controle externo de um Poder.....	1178
19.6.1.4. A inconstitucionalidade da EC n. 88/2015 ("PEC da Bengala")	1178
19.6.1.5. Efeitos concretos do mandado de injunção.....	1179
19.6.1.6. Aplicação de medidas cautelares diversas da prisão a parlamentares.....	1179
19.6.1.7. Aplicação de medidas cautelares diversas da prisão a Prefeitos e Governadores.....	1183
19.6.1.8. Interferência do Poder Judiciário na nomeação de servidores públicos (o caso da Presidente do Iphan e do delegado Alexandre Ramagem, de 2020).....	1183
19.6.2. Indelegabilidade.....	1184
19.6.2.1. Competência normativa de agências reguladoras.....	1186
19.7. Funções típicas e atípicas	1187
19.8. Sistema de freios e contrapesos.....	1189
19.9. Poder Legislativo	1190
19.9.1. Câmara dos Deputados.....	1190
19.9.2. Senado Federal.....	1193
19.9.3. Quadro esquemático: diferenças entre Câmara dos Deputados e Senado Federal ...	1194
19.9.4. Reuniões	1194
19.9.5. Comissões Parlamentares	1199
19.9.5.1. Comissão Parlamentar de Inquérito.....	1201
19.9.5.2. Comissões Mistas.....	1221
19.9.5.3. Comissão Representativa.....	1222
19.10. Imunidade Parlamentar	1222
19.10.1. Conceito	1222
19.10.2. Modalidades	1222
19.10.3. Imunidade material	1223
19.10.4. Imunidade formal quanto à prisão.....	1231
19.10.5. Imunidade formal quanto ao processo	1240
19.10.6. Prerrogativa de foro (foro por prerrogativa de função)	1244
19.10.7. Outras imunidades.....	1250
19.11. Incompatibilidades dos parlamentares federais	1251
19.12. Perda do mandato e cassação do mandato do deputado federal e do senador.....	1252
19.13. Processo Legislativo	1255
19.13.1. Emenda Constitucional	1255
19.13.2. Lei ordinária	1260
19.13.3. Lei complementar.....	1280
19.13.4. Lei delegada	1282
19.13.5. Medida provisória.....	1284
19.13.6. Decreto legislativo.....	1294

19.13.7. Resolução	1296
19.14. Função Fiscalizatória Exercida pelo Legislativo	1297
19.14.1. Tribunal de Contas da União	1300
19.15. Poder Executivo	1308
19.16. Poder Judiciário	1344
19.16.1. Estatuto da Magistratura	1345
19.16.2. O quinto constitucional	1350
19.16.3. Garantias do Poder Judiciário	1351
19.16.4. Vedações dos membros do Poder Judiciário	1353
19.16.5. Estrutura do Poder Judiciário (quadro esquemático)	1355
19.16.6. Supremo Tribunal Federal	1355
19.16.6.1. Composição	1355
19.16.6.2. <i>Court-packing</i> (alteração da composição do Tribunal Constitucional)	1356
19.16.6.2.1. Análise constitucional sobre um possível <i>court-packing</i>	1358
19.16.6.3. Competência do STF	1359
19.16.6.4. Súmula Vinculante	1361
19.16.6.4.1. Legitimados	1361
19.16.6.4.2. Quórum do STF	1362
19.16.6.4.3. Requisitos	1362
19.16.6.4.4. Efeitos	1362
19.16.6.4.5. Procedimento	1363
19.16.6.4.6. Cancelamento	1363
19.16.6.4.7. Reclamação	1364
19.16.6.5. Superior Tribunal de Justiça	1364
19.16.6.5.1. Recurso Especial (e a EC n. 125/2022)	1366
19.16.6.6. Juizados Especiais e Justiça de Paz	1367
19.16.6.7. Justiça Comum – Justiça Estadual	1367
19.16.6.8. Justiça Comum – Justiça Federal	1368
19.16.6.9. Justiça Especial – Justiça Eleitoral	1370
19.16.6.10. Justiça Especial – Justiça do Trabalho	1371
19.16.6.11. Justiça Especial – Justiça Militar	1373
19.16.6.12. Conselho Nacional de Justiça	1374
19.16.6.12.1. Origem e constitucionalidade	1374
19.16.6.12.2. Composição	1375
19.16.6.12.3. Atribuições	1376
19.17. Funções Essenciais à Justiça	1378
19.17.1. Ministério Público	1379
19.17.1.1. Evolução histórica	1379
19.17.1.2. Autonomias	1381
19.17.1.3. Princípios institucionais	1382
19.17.1.4. A organização do Ministério Público	1385
19.17.1.5. As garantias e vedações dos membros do Ministério Público	1388
19.17.1.6. Funções institucionais do Ministério Público	1394
19.17.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público	1398
19.17.2. Advocacia Pública	1400
19.17.2.1. Advocacia-Geral da União	1400

20.4.1.1.1.	Livre-iniciativa na jurisprudência do STF	1462
20.4.1.1.2.	Meia entrada em estabelecimentos culturais e esportivos..	1463
20.4.1.2.	Valorização do trabalho humano	1463
20.4.2.	Os fins da ordem econômica	1464
20.4.3.	Os princípios que regem a ordem econômica.....	1465
20.4.3.1.	Soberania nacional (art. 170, I, CF)	1465
20.4.3.2.	Propriedade privada (art. 170, II, CF).....	1466
20.4.3.3.	Função social da propriedade privada (art. 170, III, CF).....	1466
20.4.3.4.	Livre concorrência (art. 170, IV, CF)	1467
20.4.3.5.	Defesa do consumidor (art. 170, V, CF).....	1468
20.4.3.6.	Defesa do meio ambiente (art. 170, VI, CF).....	1468
20.4.3.7.	Redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII, CF).....	1469
20.4.3.8.	Busca do pleno emprego	1470
20.4.3.9.	Tratamento favorecido a pequenas empresas	1471
20.5.	Investimentos de capital estrangeiro.....	1472
20.6.	Exploração direta da atividade econômica pelo estado	1472
20.6.1.	Grupo A: atividades econômicas em casos de "imperativos da segurança nacional" ou "relevante interesse coletivo".....	1473
20.6.1.1.	Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	1474
20.6.2.	Grupo B: atividades econômicas atribuídas diretamente pela Constituição.....	1475
20.6.3.	Grupo C: atividades econômicas qualificadas como serviços públicos (art. 175, CF) .	1476
20.7.	Estado como agente regulador da atividade econômica	1477
20.7.1.	Agências reguladoras.....	1478
20.7.2.	Planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado	1478
20.7.3.	Cooperativismo	1479
20.7.3.1.	Cooperativas previstas expressamente na Constituição: cooperativas de garimpeiros, cooperativas de créditos e cooperativas médicas	1480
20.7.4.	Abuso do poder econômico	1481
20.7.5.	Responsabilidade da pessoa jurídica nos atos contra a ordem econômica e financeira	1481
20.8.	Regramento constitucional sobre recursos minerais	1482
20.8.1.	Os direitos do proprietário do solo.....	1482
20.8.2.	Autorização ou concessão de pesquisa e lavra de recursos minerais.....	1482
20.9.	Monopólio da União.....	1483
20.9.1.	CIDE Combustível.....	1484
20.10.	Transporte aéreo, aquático e terrestre	1485
20.11.	Microempresas e empresas de pequeno porte	1486
20.12.	Turismo.....	1487
20.13.	Informação comercial por autoridade estrangeira.....	1487
20.14.	Política urbana.....	1488
20.14.1.	Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001)	1489
20.14.2.	Plano diretor	1489
20.14.2.1.	Obrigatoriedade do plano diretor	1489
20.14.2.2.	Iniciativa do plano diretor.....	1490
20.14.2.3.	Emendas ao projeto de plano diretor.....	1491
20.14.2.4.	Revisão do plano diretor	1492
20.14.2.5.	Processo de elaboração do plano diretor.....	1492

20.14.2.6. Conteúdo mínimo do plano diretor	1493
20.14.3. Função social da propriedade urbana	1493
20.14.3.1. Sanções constitucionais por descumprimento da função social da propriedade urbana	1494
20.14.4. Usucapião especial urbana	1496
20.15. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1497
20.15.1. Função social da propriedade rural	1497
20.15.2. Desapropriação para fins de reforma agrária	1498
20.15.2.1. Procedimento	1499
20.15.2.2. Orçamento	1500
20.15.2.3. Isenção tributária	1500
20.15.2.4. Imóveis que não podem ser desapropriados para fins de reforma agrária	1500
20.15.2.5. Desapropriação de imóvel invadido por movimentos sociais	1501
20.15.3. Política agrícola	1502
20.15.4. Terras públicas	1502
20.15.5. Beneficiários dos imóveis da reforma agrária	1503
20.15.6. Aquisição de terras por estrangeiros	1503
20.15.6.1. Imóveis na faixa de fronteira	1504
20.15.7. Usucapião especial rural	1504
20.16. Sistema financeiro nacional	1505
20.16.1. Leis complementares	1505
20.16.2. Estrutura	1506
20.16.2.1. Conselho Monetário Nacional	1507
20.16.2.2. Banco Central do Brasil (sua autonomia e a posição do STF)	1507
20.16.2.3. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	1507
20.16.2.4. Cooperativas de crédito	1508
20.16.2.5. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1508
20.16.3. Participação de capital estrangeiro	1509

CAPÍTULOS EXTRAS:

21 ORDEM SOCIAL E REFORMA DA PREVIDÊNCIA	On-line
21.1. Conceito	On-line
21.2. Seguridade Social	On-line
21.2.1. Objetivos da Seguridade Social	On-line
21.2.1.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	On-line
21.2.1.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	On-line
21.2.1.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	On-line
21.2.1.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	On-line
21.2.1.5. Equidade na forma de participação no custeio	On-line
21.2.1.6. Diversidade da base de financiamento	On-line
21.2.1.7. Caráter democrático e descentralizado da Administração, mediante gestão quadripartite	On-line
21.2.1.8. Outros princípios	On-line
21.2.2. Custeio da Seguridade Social	On-line
21.3. Saúde	On-line

21.3.1. A "judicialização" da saúde.....	On-line
21.3.1.1. O STF e os medicamentos de alto custo e sem registro na ANVISA.....	On-line
21.3.1.1.1. Remédios experimentais	On-line
21.3.1.1.2. Remédios sem registro.....	On-line
21.3.1.1.3. Competência para acionar o Estado	On-line
21.3.2. Diretrizes do Sistema Único de Saúde.....	On-line
21.3.3. Patamares mínimos de investimento	On-line
21.3.4. Iniciativa privada.....	On-line
21.3.5. Remoção de órgãos.....	On-line
21.3.5.1. Incentivos estatais à doação de sangue	On-line
21.3.6. Atribuições do Sistema Único de Saúde	On-line
21.4. Previdência Social e Reforma da Previdência.....	On-line
21.4.1. A Reforma da Previdência.....	On-line
21.5. Assistência Social.....	On-line
21.5.1. Objetivos da Assistência Social	On-line
21.5.2. Diretrizes da Assistência Social	On-line
21.6. Educação.....	On-line
21.6.1. Princípios que regem o ensino	On-line
21.6.1.1. "Escola Sem Partido" e princípios constitucionais	On-line
21.6.1.2. Mensalidade e taxa de matrícula em universidades públicas?	On-line
21.6.1.3. Transferência de alunos servidores públicos federais civis ou militares.....	On-line
21.6.2. Universidades	On-line
21.6.2.1. Constitucionalidade do sistema de cotas.....	On-line
21.6.3. Níveis e modalidades de educação e ensino.....	On-line
21.6.4. Dever do Estado	On-line
21.6.4.1. Corte de idade para matrícula na educação infantil.....	On-line
21.6.5. Iniciativa privada.....	On-line
21.6.6. Conteúdos mínimos	On-line
21.6.7. Ensino religioso nas escolas	On-line
21.6.8. Competências quanto à educação.....	On-line
21.6.9. Patamares mínimos de investimento	On-line
21.6.10. Financiamento público do ensino privado	On-line
21.6.11. Plano Nacional de Educação.....	On-line
21.7. Cultura.....	On-line
21.7.1. Datas comemorativas	On-line
21.7.2. Plano Nacional de Cultura	On-line
21.7.3. Patrimônio cultural brasileiro	On-line
21.7.4. Fomento à cultura	On-line
21.7.5. Sistema Nacional de Cultura.....	On-line
21.8. Desporto.....	On-line
21.8.1. Justiça Desportiva	On-line
21.8.2. Lazer.....	On-line
21.9. Ciência, Tecnologia e Inovação.....	On-line
21.9.1. Mercado interno.....	On-line
21.9.2. Instrumentos de cooperação.....	On-line
21.9.3. Sistema Nacional de Ciências, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	On-line
21.10. Comunicação Social	On-line

21.10.1. Liberdade jornalística.....	On-line
21.10.2. Competências da União.....	On-line
21.10.3. Propaganda de produtos nocivos.....	On-line
21.10.4. Vedação do monopólio ou oligopólio.....	On-line
21.10.4.1. “A Voz do Brasil”.....	On-line
21.10.5. Princípios constitucionais aplicáveis à produção e programação.....	On-line
21.10.6. Propriedade de empresas jornalísticas.....	On-line
21.10.7. Concessão, permissão e autorização.....	On-line
21.10.8. Conselho de Comunicação Social.....	On-line
21.10.9. Direito de Antena.....	On-line
21.11. Meio Ambiente.....	On-line
21.11.1. Deveres do Poder Público.....	On-line
21.11.2. Danos ao meio ambiente.....	On-line
21.11.2.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	On-line
21.11.3. Patrimônio nacional.....	On-line
21.11.4. Terras devolutas.....	On-line
21.11.5. Usinas nucleares.....	On-line
21.11.6. “Emenda da Vaquejada”.....	On-line
21.11.7. Uso do amianto.....	On-line
21.12. Família.....	On-line
21.12.1. Casamento.....	On-line
21.12.2. União estável.....	On-line
21.12.2.1. União homoafetiva.....	On-line
21.12.3. Planejamento familiar.....	On-line
21.12.3.1. Planejamento familiar e embriões congelados.....	On-line
21.12.3.2. Princípio da paternidade responsável.....	On-line
21.12.4. Violência familiar.....	On-line
21.12.5. Mudança de registro civil sem mudança de sexo.....	On-line
21.13. Criança, Adolescente e Jovem.....	On-line
21.13.1. Proteção especial.....	On-line
21.13.2. Violência e exploração sexual da criança e do adolescente.....	On-line
21.13.3. Adoção.....	On-line
21.13.4. Filhos.....	On-line
21.13.5. Assistência social de crianças.....	On-line
21.13.6. Estatuto da Juventude.....	On-line
21.13.7. Inimputabilidade.....	On-line
21.13.7.1. Redução da idade penal?.....	On-line
21.13.8. Pais e filhos.....	On-line
21.14. Idoso.....	On-line
21.15. Índios.....	On-line
21.15.1. Legislação indígena.....	On-line
21.15.1.1. Terras indígenas.....	On-line
21.15.1.2. Demarcação das terras indígenas.....	On-line
21.15.1.3. Usufruto das riquezas.....	On-line
21.15.2. Remoção de grupos indígenas.....	On-line
21.15.3. Legitimidade para ingressar em juízo.....	On-line
21.15.3.1. Comunidades indígenas demandadas.....	On-line

21.15.3.2.Prazos processuais.....	On-line
21.15.3.3.Competência	On-line
21.15.3.4.Legitimidade do Ministério Público.....	On-line
21.15.3.5.Legitimidade da Funai	On-line
22 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	On-line
22.1. Introdução	On-line
22.2. Sistema Constitucional das Crises	On-line
22.2.1. Princípios do sistema constitucional das crises	On-line
22.2.2. Sistema constitucional das crises nas Constituições brasileiras.....	On-line
22.2.3. Episódios ilustrativos da História brasileira.....	On-line
22.2.4. Regime de legalidade extraordinária.....	On-line
22.2.5. Diferenças entre golpe de Estado e sistema constitucional das crises	On-line
22.3. Estado de Defesa.....	On-line
22.3.1. Previsão constitucional	On-line
22.3.2. Cabimento	On-line
22.3.3. Titularidade.....	On-line
22.3.4. Procedimento	On-line
22.3.5. Tempo de duração.....	On-line
22.3.6. Medidas coercitivas.....	On-line
22.3.7. Controle	On-line
22.3.8. Quadro esquemático: estado de defesa.....	On-line
22.4. Estado de Sítio.....	On-line
22.4.1. Previsão constitucional	On-line
22.4.2. Cabimento	On-line
22.4.3. Titularidade.....	On-line
22.4.4. Procedimento	On-line
22.4.5. Tempo de duração.....	On-line
22.4.6. Medidas coercitivas.....	On-line
22.4.7. Controle	On-line
22.4.8. Quadro esquemático.....	On-line
22.5. Diferenças entre Estado de Defesa e Estado de Sítio.....	On-line
22.6. Forças Armadas.....	On-line
22.6.1. Estrutura.....	On-line
22.6.2. Funções e princípios.....	On-line
22.6.2.1. Garantia da Lei e da Ordem (GLO).....	On-line
22.6.3. <i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares (art. 142, § 2º, CF)	On-line
22.6.4. Regras constitucionais sobre os militares (art. 142, § 3º, CF)	On-line
22.6.5. Serviço militar obrigatório	On-line
22.6.5.1. Isenção.....	On-line
22.7. Segurança Pública.....	On-line
22.7.1. Segurança Pública como direito social	On-line
22.7.2. Ministério da Segurança Pública	On-line
22.7.3. Órgãos de Segurança Pública (art. 144, CF).....	On-line
22.7.4. Inquéritos extrapoliciais	On-line
22.7.5. Investigação de crimes praticados por pessoas com prerrogativa de função.....	On-line
22.7.6. Polícia Federal.....	On-line

22.7.6.1. Estrutura da Polícia Federal.....	On-line
22.7.6.2. Remuneração.....	On-line
22.7.6.3. Atribuições da Polícia Federal.....	On-line
22.7.7. Polícia Rodoviária Federal.....	On-line
22.7.8. Polícia Ferroviária Federal.....	On-line
22.7.9. Polícias dos Estados.....	On-line
22.7.9.1. Polícia Civil.....	On-line
22.7.9.2. Polícias Militares.....	On-line
22.7.10. Polícias do Distrito Federal.....	On-line
22.7.11. Polícias dos Territórios.....	On-line
22.7.12. Guardas Municipais.....	On-line
22.7.13. Segurança viária.....	On-line
22.7.14. Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).....	On-line
23 A NOVA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DOCUMENTOS INTERNACIONAIS COM STATUS CONSTITUCIONAL.....	On-line
23.1. Introdução.....	On-line
23.2. A incorporação dos documentos.....	On-line
23.3. Alteração do bloco de constitucionalidade e limitações circunstanciais.....	On-line
23.4. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	On-line
23.4.1. Procedimento de incorporação.....	On-line
23.4.2. Pessoas com deficiência.....	On-line
23.4.3. Princípios da Convenção.....	On-line
23.4.4. Obrigações gerais.....	On-line
23.4.5. Igualdade e não discriminação.....	On-line
23.4.6. Mulheres e crianças com deficiência.....	On-line
23.4.7. Acessibilidade.....	On-line
23.4.8. Direito à vida e impossibilidade de esterilização compulsória.....	On-line
23.4.9. Acesso à Justiça.....	On-line
23.4.10. Tortura, penas cruéis e tratamento desumano ou degradante.....	On-line
23.4.11. Liberdade de movimentação e nacionalidade.....	On-line
23.4.12. Mobilidade pessoal.....	On-line
23.4.13. Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação.....	On-line
23.4.14. Respeito pelo lar e pela família.....	On-line
23.4.15. Educação.....	On-line
23.4.16. Saúde.....	On-line
23.4.17. Habilitação e reabilitação.....	On-line
23.4.18. Trabalho e emprego.....	On-line
23.4.19. Assistência social.....	On-line
23.4.20. Participação na vida política e pública.....	On-line
23.4.21. Participação na vida cultural.....	On-line
23.4.22. Processo de monitoramento.....	On-line
23.4.23. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	On-line
23.5. Tratado de Marraqueche.....	On-line
23.5.1. Beneficiários.....	On-line
23.5.2. Mudanças necessárias na Lei de Direitos Autorais.....	On-line
23.5.3. Intercâmbio transfronteiriço.....	On-line

23.5.4. Importação de exemplares em formato acessível..... *On-line*
23.5.5. Assembleia e Escritório Internacional..... *On-line*

24 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... *On-line*

24.1. Fundamento jurídico e filosófico *On-line*
24.2. Origem histórica *On-line*
24.3. Abordagem jurisprudencial..... *On-line*
24.4. É um princípio absoluto?..... *On-line*
24.5. A especial abstração do princípio *On-line*
24.6. Natureza do princípio *On-line*
24.7. Aplicação do princípio *On-line*
 24.7.1. Dimensão axiológica..... *On-line*
 24.7.2. Ponderação entre direitos conflitantes..... *On-line*
 24.7.3. Utilização como controle das restrições *On-line*
24.8. Como delimitar o princípio: a proposta da delimitação negativa *On-line*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1516

ÍNDICE DE FIGURAS..... 1546